

Orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais

Orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais

Introdução

- 1.1. Nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1094/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010 (adiante designado por Regulamento da EIOPA ou o Regulamento)¹, a EIOPA emite orientações dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (Diretiva Solvência II)².
- 1.2. As presentes orientações têm por base os artigos 35.º, 220.º e 254.º da Diretiva Solvência II.
- 1.3. Na ausência de orientações preparatórias, as autoridades de supervisão nacionais poderão ver a necessidade de desenvolver soluções nacionais que permitam assegurar uma supervisão sã e sensível aos riscos. Em vez de uma supervisão consistente e convergente na UE, poderá emergir uma multiplicidade de soluções nacionais em detrimento do bom funcionamento do mercado interno.
- 1.4. É essencial a existência de uma abordagem consistente e convergente no que respeita à preparação da Diretiva Solvência II. As presentes orientações devem ser vistas como um trabalho preparatório para a implementação da Diretiva Solvência II, promovendo a preparação em áreas-chave, com o intuito de assegurar uma gestão adequada das empresas e garantir que os supervisores dispõem de informação suficiente. As orientações abrangem o sistema de governação, incluindo o sistema de gestão de riscos e a autoavaliação prospetiva dos riscos (baseada nos princípios da autoavaliação do risco e da solvência, designado pela sigla ORSA), o pré-pedido de modelos internos e a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais.
- 1.5. Uma preparação antecipada é crucial para garantir que, quando a Diretiva Solvência II for aplicável, empresas e autoridades de supervisão nacionais estejam preparadas e aptas para aplicar o novo regime. Nesse sentido, é expectável que as autoridades de supervisão nacionais estabeleçam um diálogo regular com as empresas.
- 1.6. No âmbito da preparação para a implementação do regime Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem aplicar a partir de 1 de janeiro de 2014 as orientações constantes deste documento, para que as empresas de

¹ JO L 331, 15.12.2010, p. 48–83

² JO L 335, 17.12.2009, p.1-155

seguros e de resseguros tomem as medidas apropriadas para a sua implementação total.

- 1.7. As autoridades de supervisão nacionais devem enviar à EIOPA um relatório de progresso relativo à aplicação destas orientações até ao final do mês de fevereiro subsequente ao ano a que respeita o relatório, sendo que o primeiro relatório deverá ser apresentado até 28 de fevereiro de 2015, referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.
- 1.8. Espera-se que as autoridades de supervisão nacionais assegurem que as empresas de seguros e de resseguros se preparem para dispor de sistemas e estruturas apropriados, que permitam uma adequada troca de informação com as autoridades de supervisão nacionais.
- 1.9. Como exercício preparatório com vista à implementação do regime Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem garantir que, durante essa fase de preparação, a informação identificada nas presentes orientações seja submetida, no mínimo, por empresas de seguros e de resseguros e por grupos de seguros e de resseguros que representem uma percentagem significativa dos mercados nacionais. Tal informação deve ser submetida como complemento de quaisquer requisitos de prestação de informação existentes para efeitos de supervisão.
- 1.10. Esta fase de preparação deverá ser usada pelas autoridades de supervisão nacionais e pelas empresas como uma oportunidade para estabelecerem ou promoverem um diálogo sobre a implementação dos requisitos de submissão de informação. Espera-se que as autoridades de supervisão nacionais tenham em conta a informação recebida. Não se espera que as autoridades de supervisão nacionais tomem medidas de *enforcement* ou regulamentares, mas é provável que considerem apropriado debater e planear com as empresas de seguros e resseguros o progresso alcançado. Os dados devem ser utilizados exclusivamente com a finalidade de avaliar e melhorar o grau de preparação tendo em vista o cumprimento dos requisitos do regime Solvência II.
- 1.11. É intenção da EIOPA que, para fins preparatórios, a informação anual seja submetida uma vez antes de a Diretiva Solvência II ser aplicável, sendo submetida informação trimestral em relação ao terceiro trimestre do ano anterior à aplicação da mesma. As datas de início propostas para a submissão de informação baseiam-se no pressuposto de que a Diretiva Solvência II será aplicável no dia 1 de janeiro de 2016. Essas datas de submissão serão, portanto, revistas no final de 2013, em função dos desenvolvimentos mais recentes relativamente à proposta de diretiva Omnibus II.
- 1.12. Não se deve presumir que as autoridades de supervisão nacionais tenham aprovado elementos ou métodos específicos requeridos pelo regime Solvência II.
- 1.13. Relativamente à informação sobre modelos internos, o objetivo da submissão de informação durante a fase de preparação tem em conta a necessidade de as empresas se prepararem para a eventualidade de o seu modelo interno não ser

aprovado, bem como o facto de a empresa dever estar preparada para a submissão regular de informação quando a Diretiva Solvência II for aplicável.

- 1.14. As empresas de seguros e de resseguros que tenham em curso um processo de pré-pedido relativo a um modelo interno devem submeter a informação referente ao cálculo do requisito de capital de solvência segundo a fórmula-padrão e com base no modelo interno total / parcial. A submissão de informação relativa ao cálculo segundo a fórmula-padrão encontra-se definida no âmbito das «Orientações relativas aos pré-pedidos de modelos internos», enquanto a submissão de informação relativa ao cálculo com base em modelos internos totais ou parciais está definida nas presentes orientações.

No relatório narrativo da fase de preparação, apenas é requerido um subconjunto dos requisitos de submissão de informação previstos no âmbito do regime Solvência II. Considerou-se que a submissão do relatório completo seria onerosa e que o conteúdo incluído nas presentes orientações deveria permitir uma adequada preparação para a submissão do relatório narrativo completo quando a Diretiva Solvência II for aplicável.

- 1.15. De igual modo, relativamente à informação quantitativa, a informação requerida constitui uma parte do conjunto total. Consequentemente, para a fase de preparação alguns dos elementos de informação a submeter não serão aplicáveis.
- 1.16. Relativamente à submissão de informação referente a fundos circunscritos para fins específicos, a EIOPA considera muito importante que as empresas estejam preparadas para o cálculo e submissão de informação por fundos circunscritos para fins específicos, seja a nível individual ou a nível de grupo, uma vez que se trata de uma parte importante do regime Solvência II. Assim, o requisito de submissão de informação para o fundo circunscrito para fins específicos com maior peso e para a parte remanescente da atividade da empresa foi mantido tanto a nível individual como de grupo. Relativamente ao cálculo do requisito de capital de solvência de empresas que tenham fundos circunscritos para fins específicos, ao nível da entidade ou do grupo, a EIOPA envolver-se-á num diálogo com as partes interessadas por forma a garantir que a solução a incorporar nas especificações técnicas é apropriada.
- 1.17. As autoridades de supervisão nacionais podem, como parte da preparação para a implementação da Diretiva Solvência II, utilizar a taxonomia desenvolvida pela EIOPA para a submissão de informação. Para esse efeito, a documentação de apoio relevante foi disponibilizada em <https://eiopa.europa.eu/publications/eu-wide-reporting-formats/index.html>. Uma nova versão desta documentação será disponibilizada no futuro.
- 1.18. O anexo técnico VI descreve as validações que os dados submetidos devem respeitar. Este anexo não deverá ser entendido como representando a posição final sobre as validações de dados, nomeadamente devido ao facto de a fase de preparação apenas incluir uma parte do conjunto de informação a submeter ao abrigo do regime Solvência II.

- 1.19. Quando é aplicado o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, os grupos de seguros e de resseguros podem usar requisitos de capital de solvência e fundos próprios elegíveis de empresas de países terceiros participadas, calculados de acordo com as respetivas regras locais, apenas para os fins previstos nas presentes orientações, sem prejuízo de quaisquer determinações futuras da Comissão Europeia sobre equivalência e quaisquer decisões futuras dos supervisores do grupo.
- 1.20. De acordo com a Diretiva Solvência II, é expectável que as autoridades de supervisão nacionais assegurem que as presentes orientações são aplicadas de modo proporcional à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade das empresas de seguros e de resseguros. As orientações já refletem a aplicação do princípio da proporcionalidade, na medida em que o incorporam nas suas disposições.
- 1.21. Em relação à submissão de informação trimestral do balanço, que na fase de preparação corresponde apenas ao terceiro trimestre de 2015, e com exceção das provisões técnicas, é necessário avaliar a proporcionalidade e a materialidade em relação aos dados trimestrais. Na avaliação da materialidade deve reconhecer-se que as mensurações trimestrais podem basear-se mais extensivamente em estimativas e métodos de estimação do que as relativas à informação anual. Os procedimentos de mensuração relativos à submissão de informação trimestral devem ser concebidos por forma a assegurar que a informação resultante seja fiável e esteja em conformidade com a Diretiva Solvência II e que é submetida toda a informação material que seja relevante para a compreensão dos dados.
- 1.22. O cálculo das provisões técnicas durante o ano, em particular no que respeita à submissão de informação trimestral, que na fase de preparação corresponde apenas ao terceiro trimestre de 2015, pode ser baseado em métodos simplificados no que respeita ao cálculo da margem de risco e da melhor estimativa (a desenvolver posteriormente pela EIOPA).
- 1.23. A EIOPA considerou também o caso específico das empresas de seguros e resseguros cativas, em particular em relação à submissão de informação trimestral. A EIOPA considera que a fase de preparação deve estar alinhada com o regime Solvência II, mas também deve ter uma natureza faseada. Como tal, a EIOPA decidiu autorizar as autoridades de supervisão nacionais a dispensar, no caso de estarem abrangidas pela quota de mercado aplicável, as empresas de seguros e de resseguros cativas da submissão de informação trimestral referente ao terceiro trimestre de 2015. As empresas de seguros e de resseguros cativas devem submeter a informação anual e devem ser consideradas no cálculo da quota de mercado.
- 1.24. A EIOPA realça que esta solução para a submissão de informação trimestral não antecipa uma solução futura a ser aplicada no regime Solvência II no que respeita à submissão de informação trimestral por parte das empresas de seguros e de resseguros cativas.
- 1.25. As presentes orientações aplicam-se, quer a empresas de seguros e de resseguros individualmente consideradas, quer ao nível do grupo de seguros e

de resseguros. Adicionalmente, os grupos de seguros e de resseguros devem ter em conta as orientações específicas para grupos.

- 1.26. Consequentemente, as orientações estabelecidas nas Secções I, II, III e VIII referem claramente se são aplicáveis a empresas de seguros e de resseguros individualmente consideradas ou ao nível do grupo de seguros e de resseguros; as Secções IV, V, VI, VII e IX aplicam-se de igual modo a empresas seguros e de resseguros individualmente consideradas e *mutatis mutandis* ao nível do grupo de seguros e de resseguros, constituindo as orientações 26 e 33 considerações específicas sobre a aplicação de tais orientações ao nível do grupo de seguros e de resseguros.
- 1.27. Não será exigido qualquer requisito de capital mínimo nocional no caso de empresas de seguros que explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida, dado tal estar fora do âmbito das presentes orientações.
- 1.28. As orientações são aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2014.

Secção I: Disposições gerais relativas às orientações

Orientação 1 – Disposições gerais relativas às orientações

- 1.29. As autoridades de supervisão nacionais devem tomar as medidas apropriadas para que as presentes orientações relativas à submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais sejam aplicadas a partir de 1 de janeiro de 2014.
- 1.30. As autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas e os grupos de seguros e de resseguros tomem as medidas apropriadas para:
- a) desenvolver sistemas e estruturas para a prestação de informação de elevada qualidade para efeitos de supervisão e;
 - b) submeter às respetivas autoridades de supervisão nacionais a informação qualitativa e quantitativa, tal como definida nas presentes orientações, que permitam a essas autoridades uma análise e avaliação da qualidade da informação e do progresso realizado.

Orientação 2 – Relatório de progresso destinado à EIOPA

- 1.31. As autoridades de supervisão nacionais devem enviar à EIOPA um relatório de progresso relativo à aplicação destas orientações até ao final do mês de fevereiro subsequente ao ano a que respeita o relatório, sendo que o primeiro relatório deverá ser apresentado até 28 de fevereiro de 2015, referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

Secção II: Âmbito da submissão de informação – Limiares a aplicar

Orientação 3 – Limiares para a submissão de informação quantitativa anual por empresas de seguros e resseguros individualmente consideradas

- 1.32. Nos termos do artigo 35.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros e de resseguros que representem pelo menos 80 % da quota de mercado nacional, segundo os critérios definidos nas orientações 5 a 7, submetam à autoridade de supervisão nacional o conjunto de informação quantitativa anual identificada na orientação 13.

Orientação 4 – Limiares para a submissão de informação quantitativa trimestral por empresas de seguros e resseguros individualmente consideradas

- 1.33. Nos termos do artigo 35.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros e de resseguros que representem pelo menos 50 % da quota de mercado nacional, segundo os critérios definidos nas orientações 5 a 7, submetam à autoridade de supervisão nacional o conjunto de informação quantitativa trimestral identificado na orientação 16.

Orientação 5 – Quota de mercado para empresas de seguros e resseguros individualmente consideradas

- 1.34. As autoridades de supervisão nacionais devem calcular a quota de mercado nacional mencionada nas orientações 3 e 4 com base na informação submetida para fins de supervisão pelas empresas de seguros e de resseguros, relativamente ao período de submissão anual que termina no decurso de 2012.
- 1.35. Para o cálculo da quota de mercado nacional devem ser excluídas as seguintes empresas:
- a) empresas de seguros e de resseguros de fora do Espaço Económico Europeu cuja quota de mercado nacional diga respeito a atividade através de uma sucursal;
 - b) empresas de seguros e de resseguros do Espaço Económico Europeu cuja quota de mercado nacional diga respeito a atividade através de uma sucursal ou de livre prestação de serviços.
- 1.36. As atividades de seguros dos ramos Vida e Não Vida devem ser tratadas separadamente.

Orientação 6 – Cálculo da quota de mercado para seguros do ramo Vida

- 1.37. No caso dos seguros do ramo Vida, as autoridades de supervisão nacionais devem:
- a) Identificar as empresas de seguros e de resseguros que exerçam a atividade de seguro e/ou resseguro no ramo Vida que, com base na informação disponível à data de notificação, se espera que sejam abrangidas pela Diretiva Solvência II à data da sua aplicação;
 - b) Calcular a quota de mercado de cada uma delas, dividindo o valor das suas provisões técnicas brutas do ramo Vida pelo valor total das provisões técnicas brutas do ramo Vida de todas as empresas de seguros e de resseguros identificadas na alínea anterior; e
 - c) Identificar as empresas de seguros e de resseguros para as quais a quota de mercado acumulada, calculada na alínea anterior, atinja pelo menos 80 %, para efeitos da orientação 3, e 50 %, para efeitos da orientação 4.

Orientação 7 – Cálculo da quota de mercado para seguros dos ramos Não Vida

- 1.38. No caso dos seguros dos ramos Não Vida, as autoridades de supervisão nacionais devem:
- a) Identificar as empresas de seguros e de resseguros que exerçam a atividade de seguro e/ou resseguro nos ramos Não Vida que, com base na informação disponível à data de notificação, se espera que sejam abrangidas pela Diretiva Solvência II à data da sua aplicação;
 - b) Calcular a quota de mercado de cada uma delas, dividindo o valor dos seus prémios brutos emitidos de seguro dos ramos Não Vida incluindo seguro direto e resseguro aceite, pelo valor total dos prémios brutos emitidos de seguro dos ramos Não Vida, incluindo seguro direto e resseguro aceite, de

todas as empresas de seguros e de resseguros identificadas na alínea anterior; e

- c) Identificar as empresas de seguros e de resseguros para as quais a quota de mercado acumulada, calculada na alínea anterior, atinja pelo menos 80 %, para efeitos da orientação 3, e 50 %, para efeitos da orientação 4.

Orientação 8 – Notificação pelas autoridades de supervisão nacionais às empresas de seguros e de resseguros

- 1.39. As autoridades de supervisão nacionais devem notificar as empresas de seguros e de resseguros que se situem nestes limiares até 11 meses antes das datas iniciais de referência para submissão de informação, indicadas na orientação 35.

Orientação 9 – Limiares para a submissão de informação quantitativa anual por grupos

- 1.40. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que, pelo menos as empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros que liderem um grupo de seguros ou de resseguros com ativos totais cujo valor exceda 12 mil milhões de euros, ou equivalente em moeda nacional, no balanço consolidado relativo ao período de submissão que termina no decurso de 2012, submetam ao supervisor de grupo o conjunto de informação quantitativa anual identificado na orientação 17.
- 1.41. O montante equivalente em moeda nacional deve ser calculado aplicando a taxa de câmbio em vigor no fim do período de submissão de informação para fins de supervisão referida no parágrafo anterior.
- 1.42. Se, em determinado Estado-Membro, nenhum grupo de seguros ou de resseguros com sede no seu território for abrangido pelo parágrafo 1.41., a autoridade de supervisão nacional deve decidir se algum grupo de seguros ou de resseguros com sede no seu território deve submeter ao supervisor do grupo o conjunto de informação quantitativa anual identificado na orientação 17, considerando, pelo menos, a natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade do grupo e a sua importância no mercado local.
- 1.43. Nos casos em que se aplique o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, a autoridade de supervisão nacional deve assegurar que o total de ativos seja calculado e comunicado ao supervisor de grupo pelo grupo, tendo como base a soma proporcional do total dos ativos das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de participações no setor dos seguros pertencentes ao grupo, no âmbito do cálculo de solvência do grupo.

Orientação 10 – Limiares para a submissão de informação quantitativa trimestral por grupos

- 1.44. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que, pelo menos as empresas de seguros ou de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros que liderem um grupo de seguros ou de resseguros com

ativos totais cujo valor exceda 12 mil milhões de euros, ou equivalente em moeda nacional, no balanço consolidado relativo ao período de submissão que termina no decurso de 2012, submetam ao supervisor de grupo o conjunto de informação quantitativa trimestral identificado na orientação 20.

- 1.45. O montante equivalente em moeda nacional deve ser calculado aplicando a taxa de câmbio em vigor no fim do período de submissão de informação para fins de supervisão referida no parágrafo anterior.
- 1.46. Se, em determinado Estado-Membro, nenhum grupo de seguros ou de resseguros com sede no seu território for abrangido pelo parágrafo 1.45., a autoridade de supervisão nacional deve decidir se algum grupo de seguros ou de resseguros com sede no seu território deve submeter ao supervisor de grupo o conjunto de informação quantitativa trimestral identificado na orientação 20, considerando, pelo menos, a natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade do grupo e a sua importância no mercado local.
- 1.47. Nos casos em que se aplique o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, a autoridade de supervisão nacional deve assegurar que o total de ativos seja calculado e comunicado ao supervisor de grupo pelo grupo, tendo como base a soma proporcional do total dos ativos das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de participações no setor dos seguros pertencentes ao grupo, no âmbito do cálculo de solvência do grupo.

Orientação 11 – Notificação, por parte das autoridades de supervisão nacionais, às empresas de seguros ou de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros que liderem um grupo de seguros ou de resseguros

- 1.48. As autoridades de supervisão nacionais devem notificar as empresas de seguros ou de resseguros participantes ou as sociedades gestoras de participações no setor dos seguros que liderem um grupo de seguros ou de resseguros, que se situem nestes limiares até 11 meses antes das datas iniciais de referência para submissão de informação indicadas na orientação 35, de que são obrigadas a submeter ao supervisor de grupo o conjunto de informação quantitativa trimestral identificado na orientação 20 e o conjunto de informação quantitativa anual identificado na orientação 17.

Orientação 12 – Limiares para a submissão de informação narrativa

- 1.49. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros ou de resseguros e as empresas de seguros ou de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros abrangidas pelas orientações 3 e 9 submetam à respetiva autoridade de supervisão nacional o conjunto de informação narrativa identificado nas Secções IV a VI das presentes orientações.

Secção III: Informação quantitativa

Orientação 13 – Informação quantitativa anual relativa a empresas individualmente consideradas

1.50. Nos termos do artigo 35.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros ou de resseguros individualmente consideradas abrangidas pela orientação 3 submetam anualmente à autoridade de supervisão nacional, os seguintes elementos, tal como definidos no anexo técnico I, com o grau de pormenor descrito no anexo técnico II, conforme as referências indicadas abaixo:

- a) S.01.01.b - Conteúdo da submissão;
- b) S.01.02.b - Informação base;
- c) S.02.01.b - Balanço;
- d) S.02.02.b - Ativos e passivos por moeda;
- e) S.06.02.b - Lista de ativos;
- f) S.08.01.b - Derivados – posições em aberto;
- g) S.12.01.b - Provisões técnicas dos seguros do ramo Vida e seguros de doença com bases técnicas semelhantes às dos seguros do ramo Vida;
- h) S.17.01.b - Provisões técnicas dos seguros dos ramos Não Vida;
- i) S.23.01.b - Fundos próprios;
- j) S.25.01.b - Requisito de capital de solvência - Fórmula-padrão ou modelos internos parciais;
- k) S.25.02.b - Requisito de capital de solvência - Modelos internos parciais;
- l) S.25.03.b - Requisito de capital de solvência - Modelos internos totais;
- m) S.26.01.b - Requisito de capital de solvência - Risco de mercado;
- n) S.26.02.b - Requisito de capital de solvência - Risco de incumprimento pela contraparte;
- o) S.26.03.b - Requisito de capital de solvência – Risco específico de seguros do ramo Vida;
- p) S.26.04.b - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros de doença;
- q) S.26.05.b - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros dos ramos Não Vida;
- r) S.26.06.b - Requisito de capital de solvência - Risco operacional;
- s) S.27.01.b - Requisito de capital de solvência - Risco catastrófico nos seguros dos ramos Não Vida
- t) S.28.01.b - Requisito mínimo de capital – Empresas que não explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida; e
- u) S.28.02.b - Requisito mínimo de capital - Empresas de seguros que explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida.

1.51. A informação referida na alínea d) deve ser submetida para o número de moedas necessário de forma a incluir, pelo menos, 90% do total dos ativos e passivos, sendo as moedas consideradas as subjacentes aos ativos ou passivos.

1.52. A informação referida nas alíneas g) e h), por país, deve ser submetida para o país de origem e para o número de países adicionais de forma a incluir até 90% do montante da melhor estimativa de seguro direto de determinada classe de

negócio, sendo o remanescente considerado nos elementos “Países do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade” ou “Países não membros do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade”.

Orientação 14 – Informação quantitativa anual relativa a empresas individualmente consideradas – Modelos internos

- 1.53. As autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros ou de resseguros que tenham em curso um processo de pré-pedido junto da autoridade de supervisão nacional relativo a um modelo interno para calcular o requisito de capital de solvência submetam anualmente à autoridade de supervisão nacional, dentro dos prazos definidos na orientação 35, a informação pertinente identificada na orientação 13.
- 1.54. No que respeita à informação relativa ao cálculo do requisito de capital de solvência segundo um modelo interno, a informação pertinente identificada na orientação 13, alíneas *m)* a *s)*, considerando a categorização específica de riscos do modelo interno em causa, bem como qualquer informação solicitada pela autoridade de supervisão nacional acerca do modelo interno em situação de pré-pedido, deverá ser submetida de acordo com mapas específicos acordados com a respetiva autoridade de supervisão nacional.

Orientação 15 – Informação quantitativa anual relativa a empresas individualmente consideradas – Fundos circunscritos para fins específicos

- 1.55. Em adição à informação referente ao requisito de capital de solvência ao nível da entidade, a informação mencionada na orientação 13, alínea *j)*, deve ser submetida, separadamente, para o fundo circunscrito para fins específicos com o requisito de capital de solvência nacional mais elevado e para a parte remanescente da atividade da empresa, utilizando as referências S.25.01.I.
- 1.56. A informação mencionada na orientação 13, alíneas *m)* a *s)*, deve ser submetida, separadamente, para o fundo circunscrito para fins específicos com o requisito de capital de solvência nacional mais elevado e para a parte remanescente da atividade da empresa, utilizando as referências S.26.01.I a S.26.06.I e S.27.01.I.
- 1.57. Caso a empresa utilize um modelo interno para o cálculo do requisito de capital de solvência, os requisitos de capital de solvência nacional relativos ao fundo circunscrito para fins específicos com requisito de capital de solvência nacional mais elevado e à parte remanescente devem ser tidos em consideração aquando da submissão da informação mencionada na orientação 13, alíneas *k)* e *l)*, devendo esta ser submetida de acordo com mapas específicos acordados com a respetiva autoridade de supervisão nacional.

Orientação 16 – Informação quantitativa trimestral relativa a empresas individualmente consideradas

- 1.58. Nos termos do artigo 35.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros ou de resseguros individualmente consideradas abrangidas pela orientação 4 submetam trimestralmente à autoridade de supervisão nacional os seguintes

elementos, tal como definidos no anexo técnico I, com o grau de pormenor descrito no anexo técnico II e conforme as referências indicadas abaixo:

- a) S.01.01.a - Conteúdo da submissão;
- b) S.01.02.a - Informação base;
- c) S.02.01.a - Balanço;
- d) S.06.02.a - Lista de ativos;
- e) S.08.01.a - Derivados – posições em aberto;
- f) S.12.01.a - Provisões técnicas dos seguros do ramo Vida e seguros de doença com bases técnicas semelhantes às dos seguros do ramo Vida;
- g) S.17.01.a - Provisões técnicas dos seguros dos ramos Não Vida;
- h) S.23.01.a - Fundos próprios;
- i) S.28.01.a - Requisito Mínimo de Capital – Empresas que não explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida; e
- j) S.28.02.a - Requisito Mínimo de Capital - Empresas de seguros que explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida.

1.59. Não obstante o disposto na orientação 4, as autoridades de supervisão nacionais podem dispensar as empresas de seguros e resseguros cativas de submeter a informação mencionada no parágrafo anterior.

Orientação 17 – Informação quantitativa anual relativa a grupos

1.60. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros ou de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros que liderem um grupo de seguros ou de resseguros, abrangidas pela orientação 9, submetam anualmente à autoridade de supervisão nacional os seguintes elementos, tal como definidos no anexo técnico I, com o grau de pormenor descrito no anexo técnico II e conforme as referências indicadas abaixo:

- a) S.01.01.g - Conteúdo da submissão;
- b) S.01.02.g - Informação base;
- c) S.02.01.g - Balanço, quando é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- d) S.06.02.g - Lista de ativos;
- e) S.08.01.g - Derivados – posições em aberto;
- f) S.23.01.g - Fundos próprios;
- g) S.25.01.g - Requisito de capital de solvência - Fórmula-padrão ou modelos internos parciais, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- h) S.25.02.g - Requisito de capital de solvência - Modelos internos parciais, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;

- i) S.25.03.g - Requisito de capital de solvência - Modelos internos totais, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- j) S.26.01.g - Requisito de capital de solvência - Risco de mercado, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- k) S.26.02.g - Requisito de capital de solvência - Risco de incumprimento pela contraparte, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- l) S.26.03.g - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros do ramo Vida, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- m) S.26.04.g - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros de doença, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- n) S.26.05.g - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros dos ramos Não Vida, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- o) S.26.06.g - Requisito de capital de solvência - Risco operacional, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- p) S.27.01.g - Requisito de capital de solvência - Risco catastrófico nos seguros dos ramos Não Vida, nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- q) S.32.01.g - Empresas no âmbito do grupo;
- r) S.33.01.g - Requisitos relativos a empresas de seguros e de resseguros individualmente consideradas;
- s) S.34.01.g - Requisitos relativos a outras empresas financeiras individuais reguladas e não reguladas, incluindo sociedades gestoras de participações no setor dos seguros; e
- t) S.35.01.g - Contribuição para as provisões técnicas do grupo.

1.61. Nos termos do n.º 2 do artigo 220.º da Diretiva Solvência II, e não obstante o disposto no parágrafo 1.63., as autoridades de supervisão nacionais que assumam as funções de supervisor de grupo devem, após consulta às demais autoridades de supervisão interessadas e ao próprio grupo, pronunciar-se relativamente à possibilidade de aplicação por parte de um grupo de seguros ou de resseguros do método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva

Solvência II, ou da combinação do método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, sempre que a aplicação exclusiva do método 1 não seja considerada apropriada, no âmbito das operações no Espaço Económico Europeu.

- 1.62. No que respeita a empresas de países terceiros, o grupo de seguros ou de resseguros e o supervisor do grupo devem envolver-se num diálogo acerca do método de cálculo que o grupo irá utilizar no apuramento da sua solvência de grupo durante a fase de preparação. O grupo de seguros ou de resseguros deve explicar ao supervisor do grupo a razão para considerar inapropriada a aplicação exclusiva do método 1.
- 1.63. Durante a fase de preparação, o grupo deve decidir o método a aplicar tendo em consideração o resultado do diálogo com o supervisor do grupo. Caso o grupo pretenda aplicar, durante a fase de preparação, o método 2, ou uma combinação do método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, e tal não esteja em consonância com o resultado do referido diálogo, o grupo de seguros ou de resseguros deve comunicar a justificação para o desvio do resultado do diálogo antes de iniciar os cálculos para a fase de preparação.
- 1.64. A utilização do método 2, ou da combinação do método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, deve ser aplicada sem prejuízo de qualquer decisão futura do supervisor do grupo quando o regime Solvência II for aplicável.

Orientação 18 – Informação quantitativa anual relativa a grupos – Modelos internos

- 1.65. As autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que os grupos que tenham em curso um processo de pré-pedido junto da autoridade de supervisão nacional relativo a um modelo interno para calcular o requisito de capital de solvência, submetam anualmente à autoridade de supervisão nacional, dentro dos prazos definidos na orientação 35, a informação pertinente referida na orientação 17.
- 1.66. No caso dos modelos internos do grupo, para o cálculo do requisito de capital de solvência do grupo e alguns requisitos de capital de solvência de empresas participadas, que estejam em processo de pré-pedido, no que respeita à informação relativa ao cálculo do requisito de capital de solvência segundo um modelo interno, a informação pertinente identificada na orientação 17, alíneas j) a p), considerando a categorização específica de riscos do modelo interno em causa, bem como qualquer informação adicional solicitada pela autoridade de supervisão nacional acerca do modelo interno em processo de pré-pedido deve ser submetida de acordo com os mapas específicos acordados com a respetiva autoridade de supervisão nacional.

Orientação 19 – Informação quantitativa anual relativa a grupos – Fundos circunscritos para fins específicos

- 1.67. Nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, em adição à informação referente ao requisito de capital de solvência do grupo, a informação mencionada na orientação 17, alínea *g)*, deve ser submetida, separadamente, para o fundo circunscrito para fins específicos com o requisito de capital de solvência nocional mais elevado e para a parte remanescente da atividade do grupo, utilizando as referências S.25.01.n.
- 1.68. Nos casos em que é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, a informação mencionada na orientação 17, alíneas *j)* a *p)*, deve ser submetida, separadamente, para o fundo circunscrito para fins específicos com o requisito de capital de solvência nocional mais elevado e para a parte remanescente da atividade da empresa, utilizando as referências S.26.01.n a S.26.06.n e S.27.01.n.
- 1.69. Nos casos em que é utilizado o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, a informação mencionada na orientação 17, alínea *r)*, referente aos elementos B1 a B7, conforme definidos no anexo II, deve ser submetida para as empresas de seguros e de resseguros individualmente consideradas, separadamente, para o fundo circunscrito para fins específicos com o requisito de capital de solvência nocional mais elevado e para a parte remanescente da atividade da empresa.
- 1.70. Caso a empresa utilize um modelo interno para o cálculo do requisito de capital de solvência, os requisitos de capital de solvência nocional relativos ao fundo circunscrito para fins específicos com requisito de solvência nocional mais elevado e à parte remanescente devem ser tidos em consideração aquando da submissão da informação mencionada na orientação 17, alíneas *h)* e *i)*, devendo esta ser submetida de acordo com mapas específicos acordados com a respetiva autoridade de supervisão nacional.

Orientação 20 – Informação quantitativa trimestral relativa a grupos

- 1.71. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros ou de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros que liderem um grupo de seguros ou de resseguros, abrangidas pela orientação 10, submetam trimestralmente à autoridade de supervisão nacional os seguintes elementos, tal como definidos no anexo técnico I, com o grau de pormenor descrito no anexo técnico II e conforme as referências indicadas abaixo:
- a) S.01.01.f - Conteúdo da submissão;
 - b) S.01.02.f - Informação base;

- c) S.02.01.f - Balanço, quando é utilizado o método 1, tal como definido no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, em exclusivo ou em combinação com o método 2, tal como definido no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- d) S.06.02.f - Lista de ativos;
- e) S.08.01.f - Derivados – posições em aberto; e
- f) S.23.01.f - Fundos próprios.

Secção IV: Informação narrativa sobre o sistema de governação

Orientação 21 – Informação sobre os requisitos gerais em matéria de governação

- 1.72. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação relativamente aos requisitos gerais em matéria de governação da empresa de seguros ou de resseguros:
- a) informação que permita à autoridade de supervisão nacional obter uma boa compreensão do sistema de governação da empresa, bem como avaliar o seu grau de adequação à estratégia de negócio e operações da empresa;
 - b) informação sobre os mecanismos de delegação de responsabilidades, canais de comunicação e atribuição de funções no seio da empresa; e
 - c) a estrutura do órgão de direção, administração ou supervisão da empresa, fornecendo uma definição das suas principais funções e responsabilidades e uma breve descrição da separação de responsabilidades no seio deste órgão, referindo, em particular, a eventual existência de comités relevantes no seu interior, assim como uma descrição das principais competências e responsabilidades das funções-chave por eles detidas.

Orientação 22 – Informação sobre os requisitos de qualificação e idoneidade

- 1.73. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação relativamente à observância dos requisitos de qualificação e idoneidade pela empresa de seguros e de resseguros:
- a) uma lista dos colaboradores da empresa de seguros e de resseguros que sejam responsáveis por funções-chave, ou de pessoas externas, caso as funções-chave tenham sido subcontratadas; e
 - b) informação sobre as políticas e processos instituídos pela empresa para assegurar que essas pessoas possuem requisitos de qualificação e idoneidade.

Orientação 23 – Informação sobre o sistema de gestão de riscos

- 1.74. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação sobre o sistema de gestão de riscos da empresa de seguros e de resseguros:

- a) uma descrição do sistema de gestão de riscos da empresa, que compreenda estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação, bem como da capacidade do mesmo para identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar, numa base contínua, os riscos, de forma individual e agregada, aos quais a empresa está ou pode vir a estar exposta;
- b) uma descrição da implementação e integração do sistema de gestão de riscos, incluindo a função de gestão de riscos, na estrutura organizacional e nos processos de tomada de decisão da empresa;
- c) informação sobre as estratégias, os objetivos, os processos e os procedimentos de prestação de informação relativos à gestão de riscos da empresa, para cada categoria de risco, acompanhada por uma explicação sobre a respetiva documentação, monitorização e execução;
- d) informação sobre o cumprimento pela empresa da sua obrigação em relação ao princípio do gestor prudente nos termos das orientações 22 a 30 relativas ao sistema de governação; e
- e) informação sobre a forma como a empresa verifica a adequação das avaliações de crédito efetuadas por instituições de notação de risco externas, incluindo a forma e a medida em que tais avaliações de risco efetuadas por estas instituições de notação de crédito externas são utilizadas.

Orientação 24 – Informação sobre o sistema de controlo interno

- 1.75. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação sobre o sistema de controlo interno da empresa de seguros e de resseguros:
- a) uma descrição do sistema de controlo interno da empresa;
 - b) informação sobre os procedimentos-chave incluídos no sistema de controlo interno; e
 - c) uma descrição do modo como está implementada a função de verificação de cumprimento.

Orientação 25 – Informação adicional

- 1.76. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua qualquer outra informação essencial e relevante relativamente ao sistema de governação da empresa de seguros e de resseguros.

Orientação 26 – Informação sobre o sistema de governação – Grupos

- 1.77. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as orientações 21 a 25 sejam aplicadas aos grupos.
- 1.78. As autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que os grupos prestem, adicionalmente, a seguinte informação:

- a) uma descrição sobre o modo como os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, bem como os procedimentos de prestação de informação são implementados de forma consistente em todas as empresas incluídas no âmbito da supervisão do grupo, tal como referido nas «Orientações relativas ao sistema de governação»;
- b) quando aplicável, uma declaração em como a empresa de seguros e de resseguros participante ou a sociedade gestora de participações no setor dos seguros fez uso da opção para elaborar um documento único referente à autoavaliação prospetiva dos riscos, de acordo com o definido nas orientações 20 e 23 sobre a autoavaliação prospetiva dos riscos;
- c) informação sobre quaisquer acordos relevantes em matéria de subcontratação intragrupo;
- d) informação qualitativa e quantitativa sobre riscos específicos materiais ao nível do grupo.

Orientação 27 – Informação sobre a estrutura de governação

- 1.79. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua, no âmbito da informação relativa à estrutura de governação, um organigrama indicando as posições dos responsáveis pelas funções-chave.

Secção V: Informação narrativa sobre a gestão do capital

Orientação 28 – Informação sobre os fundos próprios

- 1.80. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem garantir que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação relativamente aos fundos próprios da empresa de seguros e de resseguros e do grupo:
- a) uma explicação quantitativa e qualitativa de quaisquer diferenças materiais entre os capitais próprios, tal como constam das demonstrações financeiras da empresa, e o excesso do ativo sobre o passivo, calculado para efeitos de solvência; e
 - b) informação sobre a estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base e dos fundos próprios complementares.
- 1.81. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação sobre os fundos próprios do grupo:
- a) a forma como os fundos próprios do grupo foram calculados líquidos de quaisquer operações intragrupo, incluindo operações intragrupo com empresas de outros setores financeiros; e
 - b) a natureza das restrições à transferibilidade e à fungibilidade dos fundos próprios nas empresas participadas, se for o caso.

Secção VI: Informação narrativa sobre a avaliação para efeitos de solvência

Orientação 29 – Informação sobre a avaliação dos ativos

- 1.82. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação relativamente à avaliação pela empresa de seguros e de resseguros dos seus ativos para efeitos de solvência:
- a) separadamente para cada classe material de ativos, o valor dos ativos, assim como uma descrição das bases, métodos e principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência; e
 - b) separadamente para cada classe material de ativos, uma explicação quantitativa e qualitativa de quaisquer diferenças materiais entre as bases, os métodos e os principais pressupostos usados pela empresa na avaliação para efeitos de solvência e aqueles que são usados para a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Orientação 30 – Informação sobre a avaliação das provisões técnicas

- 1.83. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação relativamente à avaliação pela empresa de seguros e de resseguros das suas provisões técnicas para efeitos de solvência:
- a) separadamente para cada classe de negócio relevante, o valor das provisões técnicas, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco, assim como uma descrição das bases, dos métodos e dos principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência;
 - b) uma descrição do nível de incerteza associado ao valor das provisões técnicas;
 - c) separadamente para cada classe de negócio relevante, uma explicação quantitativa e qualitativa de quaisquer diferenças materiais entre as bases, os métodos e os principais pressupostos usados pela empresa na avaliação para efeitos de solvência e aqueles que são usados para a sua avaliação nas demonstrações financeiras; e
 - d) uma descrição dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais.
- 1.84. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua detalhes das metodologias e pressupostos atuariais relevantes usados no cálculo das provisões técnicas, incluindo pormenores respeitantes a todas as simplificações utilizadas no cálculo das provisões técnicas, inclusive na determinação da margem de risco e sua afetação às classes de negócio individuais, bem como uma justificação de que o método escolhido é proporcional à natureza, dimensão e complexidade dos riscos.

Orientação 31 – Informação sobre a avaliação de outros passivos

- 1.85. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua a seguinte informação relativamente à avaliação, pela empresa de seguros e de resseguros, de outros passivos para efeitos de solvência:
- a) separadamente para cada classe material de outros passivos, o valor dos passivos, bem como uma descrição das bases, dos métodos e dos principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência; e
 - b) separadamente para cada classe material de outros passivos, uma explicação quantitativa e qualitativa de quaisquer diferenças materiais entre as bases, os métodos e os principais pressupostos usados pela empresa na avaliação para efeitos de solvência e aqueles que são usados para a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Orientação 32 – Outra informação relevante

- 1.86. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua uma secção separada sobre qualquer outra informação relevante relativamente à avaliação pelas empresas de seguros e de resseguros dos seus ativos e passivos para efeitos de solvência.
- 1.87. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, a informação sobre a avaliação dos ativos e passivos para efeitos de solvência deve incluir uma descrição dos:
- a) pressupostos relevantes sobre medidas de gestão futuras; e
 - b) pressupostos relevantes sobre o comportamento dos tomadores de seguros.
- 1.88. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido na orientação 12 inclua, sempre que as empresas de seguros e de resseguros recorram a técnicas de avaliação de preços baseadas em modelos financeiros, informação relativa à:
- a) identificação dos ativos e passivos aos quais se aplica a abordagem seguida na avaliação;
 - b) justificação do uso da referida abordagem na avaliação dos ativos e passivos mencionados na alínea a);
 - c) documentação dos pressupostos subjacentes à abordagem seguida na avaliação e;
 - d) análise do grau de incerteza na avaliação dos ativos e passivos mencionados na alínea a).

Orientação 33 – Informação sobre a avaliação para efeitos de solvência - Grupos

- 1.89. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as orientações 29 a 32 sejam

aplicadas aos grupos e incluam, para além da informação relativa à avaliação do grupo para efeitos de solvência, uma explicação quantitativa e qualitativa de quaisquer diferenças materiais, sempre que as bases, os métodos e os principais pressupostos usados ao nível do grupo para a avaliação para efeitos de solvência dos ativos do grupo, das provisões técnicas e de outros passivos difiram materialmente dos que tenham sido usados por qualquer uma das suas filiais na avaliação para efeitos de solvência dos respetivos ativos, provisões técnicas e outros passivos.

Secção VII: Processo e política de prestação de informação das empresas

Orientação 34 - Política de prestação de informação das empresas

- 1.90. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros e de resseguros adotem uma política de prestação de informação que esteja em conformidade com a orientação 9 das Orientações relativas ao sistema de governação e que:
- a) detalhe qual é a unidade de negócio responsável pela elaboração de qualquer relatório para a autoridade de supervisão nacional, bem como quais as unidades de negócio responsáveis pela revisão desses relatórios;
 - b) defina os processos e prazos para o cumprimento dos diversos requisitos de prestação de informação, sua revisão e aprovação; e
 - c) explique os processos e controlos que garantem a fiabilidade, integralidade e consistência da informação fornecida, facilitando assim a sua análise e comparação ao longo dos anos.

Secção VIII: Datas de aplicação inicial e prazos

Orientação 35 – Datas de referência iniciais para submissão de informação e prazos para a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais

- 1.91. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros e de resseguros submetam a informação quantitativa anual referida na Secção III, orientações 13, 14 e 15, relativamente ao exercício da empresa que termina em 31 de dezembro de 2014 até 22 semanas após a data do final do exercício da empresa.
- 1.92. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que as empresas de seguros e de resseguros submetam a informação quantitativa trimestral mencionada na Secção III, orientação 16, no que respeita aos mapas quantitativos trimestrais relativamente ao trimestre que termina em 30 de setembro de 2015, até 8 semanas após o fim do trimestre.

- 1.93. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que o relatório narrativo referido nas secções IV a VI seja submetido, no que respeita ao exercício da empresa findo a 31 de dezembro de 2014, até 22 semanas após a data do final do exercício da empresa.
- 1.94. Relativamente à submissão de informação por parte de grupos, acrescentam-se seis semanas aos prazos anual e trimestral mencionados nos parágrafos anteriores, para submissão da informação quantitativa mencionada na Secção III, orientações 17, 18, 19 e 20, e do relatório narrativo referido nas Secções IV a VI.
- 1.95. Caso a legislação nacional permita às empresas ou grupos o reporte da informação financeira com base num período contabilístico diferente do ano civil, as datas de referência para submissão de informação podem ser ajustadas em conformidade. As datas de referência para submissão de informação devem ser aprovadas pela autoridade de supervisão.

Secção IX: Meios para a submissão de informação, moeda, unidades, validações de dados e diversos

Orientação 36 – Classes de negócio e códigos de identificação complementar

- 1.96. No termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que, sempre que a informação a submeter no âmbito das presentes orientações seja requerida por classe de negócio, as empresas de seguros e de resseguros utilizem as referidas de classes de negócio definidas no anexo técnico III.
- 1.97. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que, relativamente à informação sobre ativos e derivados no contexto das presentes orientações, as empresas de seguros e de resseguros utilizem as categorias do código de identificação complementar e a tabela de códigos de identificação complementar, definidos nos anexos técnicos IV e V.

Orientação 37 – Meios para a submissão de informação

- 1.98. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que lhes seja submetida a informação quantitativa referida na Secção III, por via eletrónica, bem como o relatório narrativo referido nas Secções IV a VI, num formato eletrónico legível.

Orientação 38 – Moeda e unidades

- 1.99. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que todos os dados monetários sejam apresentados na moeda em que são expressas as contas da empresa e do grupo, o que requer a conversão das restantes moedas na moeda utilizada na submissão da informação, utilizando, para o efeito, a taxa de câmbio à data de referência da informação.

1.100. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que todos os dados quantitativos sejam submetidos em unidades.

Orientação 39 – Validações de dados

1.101. Nos termos dos artigos 35.º e 254.º da Diretiva Solvência II, as autoridades de supervisão nacionais devem assegurar que os dados recebidos respeitem as validações identificadas no anexo técnico VI.

Regras de cumprimento e de reporte

1.102. O presente documento contém orientações emitidas nos termos do artigo 16.º do Regulamento da EIOPA. Ao abrigo do disposto no seu n.º 3, as autoridades de supervisão nacionais devem envidar todos os esforços para cumprir as orientações e recomendações.

1.103. As autoridades de supervisão nacionais que cumpram ou tencionem cumprir as presentes orientações devem incorporá-las no seu enquadramento regulamentar ou de supervisão de modo apropriado.

1.104. As autoridades de supervisão nacionais devem confirmar à EIOPA, no prazo de dois meses a contar da emissão das presentes orientações, se cumprem ou tencionam cumprir as mesmas, indicando as razões da sua decisão no caso de não darem ou não tencionarem dar cumprimento.

1.105. Findo esse prazo, em caso de ausência de resposta, as autoridades de supervisão nacionais serão consideradas em situação de incumprimento.

Provisões finais e revisão

1.106. Estas orientações devem ser sujeitas a uma revisão pela EIOPA.

1.107. Em particular, as datas referidas na orientação 35 poderão ser revistas em função dos desenvolvimentos mais recentes relativamente às negociações da Diretiva Omnibus II.

Anexo Técnico I: Teor da informação quantitativa

No presente Anexo é especificado o tipo de informação que as autoridades de supervisão nacionais devem incluir na submissão de informação, relativamente a cada referência.

S.01.01 – Conteúdo da submissão

1. O conteúdo da submissão compreende a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.01.01 (diferentes variantes) detalhando o conteúdo da instância de reporte a ser submetida.

S.01.02 – Informação base (antigo BI)

2. A informação base abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.01.02 (diferentes variantes), consistindo em dados genéricos sobre a empresa e em informação sobre o conteúdo da submissão quantitativa em geral.

S.02.01 – Balanço (antigo BS-C1)

3. O balanço abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.02.01 (diferentes variantes), distinguindo-se entre avaliação em conformidade com o artigo 75.º da Diretiva Solvência II e avaliação segundo as demonstrações financeiras da empresa ou grupo. O balanço abrange a totalidade da atividade da empresa de seguros ou de resseguros, no caso de uma empresa individualmente considerada, ou da atividade do grupo.
4. Relativamente à submissão de informação trimestral, os dados do balanço indicados no parágrafo anterior baseiam-se exclusivamente na avaliação em conformidade com o disposto no artigo 75.º da Diretiva Solvência II.

S.02.02 – Ativos e passivos por moeda (antigo BS-C1D)

5. Ativos e passivos por moeda - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.02.02 (diferentes variantes), para o número de moedas que seja necessário para perfazer, no mínimo, 90% do ativo e passivo totais, tendo a submissão de informação por objeto as moedas subjacentes aos elementos do ativo ou passivo.

S.06.02 – Lista de ativos (antigo AS-D1)

6. A lista detalhada de ativos abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.06.02 (diferentes variantes) e inclui os seguintes requisitos específicos:
 - a) Uma discriminação linha-a-linha dos investimentos suscetíveis de serem classificados numa das categorias de ativos 1 a 9, identificadas no anexo técnico IV - Categorias do código de identificação complementar, distinguindo-se os fundos circunscritos para fins específicos, os seguros dos ramos Vida, os seguros dos ramos Não Vida e os ativos livres, sempre que a empresa ou grupo distinga essas categorias para efeitos internos;

- b) Cada ativo é incluído em separado para cada carteira e/ou cada fundo circunscrito ou fundo interno de outra natureza; e
- c) Para investimentos classificáveis com os seguintes códigos de identificação complementar identificados no anexo técnico V – Tabela de Códigos de Identificação Complementar:
 - CIC 71 (Numerário), apenas é reportada uma linha por moeda;
 - CIC 72 (Depósitos transferíveis (equivalentes a numerário)), apenas é incluída uma linha por par (banco, moeda);
 - CIC 73 (Outros depósitos a curto prazo (menos de um ano)), apenas é incluída uma linha por par (banco, moeda);
 - CIC 8X (Hipotecas e empréstimos): para hipotecas e empréstimos concedidos a particulares, incluindo empréstimos sobre apólices, apenas são incluídas 2 linhas, uma relativamente a empréstimos concedidos a membros do órgão de direção, administração ou supervisão e outra relativamente a empréstimos concedidos a outros indivíduos, sem discriminação entre indivíduos;
 - CIC 95 (Instalações e equipamento (para uso próprio)), apenas é incluída uma linha, agregando todas as instalações e equipamento para uso próprio.

7. Na submissão de informação relativa a grupos, além dos requisitos previstos no parágrafo anterior, são exigíveis ainda os seguintes requisitos específicos:

- a) Em caso de utilização exclusiva do método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, a informação submetida reflete a posição consolidada do ativo (ou seja, líquida de operações intragrupo) no interior do grupo. A submissão de informação é feita nos seguintes termos:
 - O elemento Denominação legal da empresa não é incluído;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros: discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais, que sejam filiais: discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;
 - Relativamente a outras sociedades participadas, que sejam filiais: cada participação detida é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação;
 - Relativamente a sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE: cada posição detida é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação; e
 - Relativamente a outros setores financeiros: cada posição detida em outros setores financeiros é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação.

- b) Em caso de utilização exclusiva do método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, a informação submetida inclui a lista detalhada dos ativos líquidos das operações intragrupo detidos por empresas de seguros e de resseguros participantes, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros e filiais, ou a discriminação, numa linha própria, de cada participação detida numa sociedade em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE. A submissão de informação é feita nos seguintes termos:
- O elemento Denominação legal da empresa é incluído;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros: discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais que sejam filiais (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu): discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;
 - Relativamente a outras sociedades participadas, que sejam filiais (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu): cada participação detida é incluída numa linha própria;
 - Relativamente a sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE (países do Espaço Económico Europeu, países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu e países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu): cada participação detida é incluída numa linha própria; e
 - Relativamente a outros setores financeiros: cada posição detida em outro setor financeiro é incluída numa linha própria.
- c) Em caso de utilização de uma combinação dos métodos 1 e 2 previstos, respetivamente, nos artigos 230.º e 233.º da Diretiva Solvência II:
- i. Uma parte da informação submetida reflete a posição consolidada do ativo (ou seja, líquida de operações intragrupo) no interior do grupo. A submissão da informação é feita nos seguintes termos:
 - Não é incluído o elemento Denominação legal da empresa;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II: discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;

- Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais, que sejam filiais em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II: discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;
 - Relativamente a outras sociedades participadas que sejam filiais em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II: cada participação detida é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação;
 - Relativamente a sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE e em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II: cada posição detida é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação;
 - Relativamente a outros setores financeiros: cada posição detida em outro setor financeiro é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação;
 - Relativamente a filiais em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II: cada filial detida é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação; e
 - Relativamente a sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE e em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II: cada posição detida é incluída numa linha própria e identificada de acordo com as opções disponíveis no elemento Participação.
- ii. A outra parte da informação submetida inclui a lista detalhada dos ativos líquidos de operações intragrupo detidos por empresas de seguros e de resseguros participantes, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros e filiais, ou uma linha própria para cada participação detida numa sociedade em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE. A submissão da informação é feita nos seguintes termos:
- O elemento Denominação legal da empresa é incluído;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II: discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;

- Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais que sejam filiais (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu) em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II: discriminação linha-a-linha dos ativos detidos;
- Relativamente a outras sociedades participadas, que sejam filiais (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu) em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II: cada participação detida numa sociedade é incluída numa linha própria;
- Relativamente a participações em sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE e em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II (países do Espaço Económico Europeu, países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu e países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu): cada posição detida é incluída numa linha própria;
- Relativamente a outros setores financeiros: cada posição detida em outros setores financeiros é incluída numa linha própria.

S.08.01 – Derivados – posições em aberto (antigo AS-D20)

8. A lista de derivados – posições em aberto abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S-08.01 (diferentes variantes) e inclui os seguintes requisitos:
 - a) A discriminação linha-a-linha dos derivados suscetíveis de serem classificados numa das categorias de ativos A a F, identificadas no anexo técnico IV – Categorias do código de identificação complementar, distinguindo-se os fundos circunscritos para fins específicos, os seguros dos ramos Vida, os seguros dos ramos Não Vida e os ativos livres, sempre que a empresa ou grupo distinga essas categorias para efeitos internos. Quando os derivados sejam emitidos pela empresa como derivado interno (do grupo) e quando os derivados estejam relacionados com o passivo da empresa de seguros, essa distinção é efetuada;
 - b) Todos os contratos de derivados que tenham vigorado ao longo do período de submissão de informação e que não tenham sido liquidados até à data de referência de prestação de informação;
 - c) Cada derivado é incluído em separado para cada carteira e/ou fundo circunscrito para fins específicos ou fundo interno de outra natureza; e
 - d) São incluídos os derivados detidos diretamente e não os detidos indiretamente através de fundos de investimento ou produtos estruturados.

9. Na submissão de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) Em caso de utilização exclusiva do método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, a informação submetida reflete a posição consolidada dos derivados detidos (ou seja, líquida de operações intragrupo) no interior do grupo. A submissão de informação é feita nos seguintes termos:
- O elemento Denominação legal da empresa não é incluído;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros: discriminação linha-a-linha dos derivados detidos;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais que sejam filiais: discriminação linha-a-linha dos derivados detidos;
 - Não são incluídos os derivados detidos por outras sociedades participadas que sejam filiais;
 - Não são incluídos os derivados detidos através de participações em sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE;
 - Não são incluídos os derivados detidos através de participações em outros setores financeiros.
- b) Em caso de utilização exclusiva do método 2, previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II, a informação submetida inclui a lista detalhada dos derivados detidos por empresas de seguros e de resseguros participantes, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros e filiais, líquidos das operações intragrupo. A prestação das informações é feita nos seguintes termos:
- O elemento Denominação legal da empresa é incluído;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros: discriminação linha-a-linha dos derivados detidos;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais que sejam filiais (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu): discriminação linha-a-linha dos derivados detidos;
 - Não são incluídos os derivados detidos por outras sociedades participadas que sejam filiais;
 - Não são incluídos os derivados detidos através de participações em sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE (países do Espaço

Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu); e

- Não são incluídos os derivados detidos através de participações em outros setores financeiros (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu).

c) Em caso de utilização de uma combinação dos métodos 1 e 2 previstos, respetivamente, nos artigos 230.º e 233.º da Diretiva Solvência II:

- i. Uma parte da informação submetida reflete a posição consolidada dos derivados (ou seja, líquida de operações intragrupo) no interior do grupo. A submissão da informação é feita nos seguintes termos:
 - O elemento Denominação legal da empresa não é incluído;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros participantes ou sociedades gestoras de participações no setor dos seguros em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II: discriminação linha-a-linha dos derivados detidos;
 - Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais que sejam filiais em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II: discriminação linha-a-linha dos derivados detidos;
 - Não são incluídos os derivados detidos por outras sociedades participadas que sejam filiais em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II;
 - Não são incluídos os derivados detidos através de participações em sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE e em que se aplique o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II;
 - Não são incluídos os derivados detidos através de participações em outros setores financeiros;
 - Não são incluídos os derivados detidos por filiais em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II; e
 - Não são incluídos os derivados detidos através de participações em sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE e em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II.
- ii. A outra parte da informação submetida inclui a lista detalhada dos derivados detidos por empresas de seguros e de resseguros participantes, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros

e filiais, líquidos de operações intragrupo. A submissão da informação é feita nos seguintes termos:

- O elemento Denominação legal da empresa é incluído;
- Relativamente às empresas de seguros e de resseguros, sociedades gestoras de participações no setor dos seguros, empresas de serviços auxiliares e entidades instrumentais que sejam filiais (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu) em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II: discriminação linha-a-linha dos derivados detidos;
- Não são incluídos os derivados detidos por outras sociedades participadas que sejam filiais em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
- Não são incluídos os derivados detidos através de participações em sociedades em que é exercida uma influência significativa conforme previsto no artigo 33.º da Diretiva 1983/349/CE (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu) em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II; e
- Não são incluídos os derivados detidos através de participações em outros setores financeiros (países do Espaço Económico Europeu, países equivalentes não membros do Espaço Económico Europeu e países não equivalentes e não membros do Espaço Económico Europeu) em que se aplique o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II.

S.14.01.a – Provisões técnicas dos seguros do ramo Vida e seguros de doença com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida (antigo TP-F1Q)

10. Provisões técnicas dos seguros do ramo Vida e seguros de doença com bases técnicas semelhantes às dos seguros do ramo Vida, para cada uma das classes de negócio definidas no anexo técnico III – Classes de negócio. Abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.14.01.a e inclui os seguintes requisitos:

- a) Provisões técnicas calculadas como um todo (carteira replicável);
- b) Melhor estimativa bruta das provisões técnicas calculada como a soma da melhor estimativa e da margem de risco (carteira não replicável);
- c) Montante recuperável total de contratos de resseguro e entidades instrumentais após o ajustamento relativo a perdas esperadas por incumprimento da contraparte; e
- d) Margem de risco.

S.14.01.b – Provisões técnicas dos seguros do ramo Vida e seguros de doença com bases técnicas semelhantes às do ramo Vida (antigo TP-F1)

11. Provisões técnicas dos seguros do ramo Vida e seguros de doença com bases técnicas semelhantes às dos seguros do ramo Vida, para cada uma das classes de negócio definidas no anexo técnico III – Classes de negócio. Abrange as informações contidas no anexo técnico II sob a referência S.14.01.b e inclui os seguintes requisitos:
 - a) Provisões técnicas calculadas como um todo (carteira replicável);
 - b) Melhor estimativa bruta das provisões técnicas calculada como a soma da melhor estimativa e da margem de risco (carteira não replicável);
 - c) Montante recuperável total de contratos de resseguro e entidades instrumentais após o ajustamento relativo a perdas esperadas por incumprimento da contraparte;
 - d) Margem de risco;
 - e) São submetidos unicamente os seguintes elementos, relativos ao valor da melhor estimativa bruta por país:
 - i. Melhor estimativa bruta para diferentes países - país de origem;
 - ii. Melhor estimativa bruta para diferentes países - países dentro do limiar de materialidade;
 - iii. Melhor estimativa bruta para diferentes países - países do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade; e
 - iv. Melhor estimativa bruta para diferentes países - países não membros do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade;
 - f) O valor da melhor estimativa bruta por país é determinado de acordo com a localização do risco segurado.
12. Aplicação de um limiar de materialidade:
 - i. É submetido o valor da melhor estimativa bruta dos países que representem até 90% da melhor estimativa de seguro direto numa determinada classe de negócio, sendo os restantes incluídos nos elementos Para países do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade ou Para países não membros do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade; e
 - ii. A melhor estimativa bruta do país de origem é sempre incluída, independentemente do limiar de materialidade.

S.17.01.a - Provisões técnicas dos seguros dos ramos Não Vida (antigo TP-E1Q)

13. Provisões técnicas dos seguros dos ramos Não Vida, para cada uma das classes de negócio definidas no anexo técnico III – Classes de negócio, considerando seguro direto conjuntamente com resseguro proporcional aceite. Abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.17.01.a e inclui os seguintes requisitos:
 - a) Provisões técnicas calculadas como um todo (carteira replicável);

- b) Melhor estimativa bruta das provisões técnicas calculadas como a soma da melhor estimativa e da margem de risco (carteira não replicável);
- c) Montante recuperável total de contratos de resseguro e entidades instrumentais após o ajustamento relativo a perdas esperadas por incumprimento da contraparte; e
- d) Margem de risco.

S.17.01.b - Provisões técnicas dos seguros dos ramos Não Vida (antigo TP-E1)

14. Provisões técnicas dos seguros dos ramos Não Vida – Melhor estimativa por país, para cada uma das classes de negócio definidas no anexo técnico III – Classes de negócio, considerando seguro direto conjuntamente com resseguro proporcional aceite. Abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.17.01.b e inclui os seguintes requisitos:

- a) Provisões técnicas calculadas como um todo (carteira replicável);
- b) Melhor estimativa bruta das provisões técnicas calculada como a soma da melhor estimativa e da margem de risco (carteira não replicável);
- c) Montante recuperável total de contratos de resseguro e entidades instrumentais após o ajustamento relativo a perdas esperadas por incumprimento da contraparte;
- d) Margem de risco;
- e) São submetidos unicamente os seguintes elementos, relativos ao valor da melhor estimativa bruta por país:
 - i. Melhor estimativa bruta para diferentes países - país de origem;
 - ii. Melhor estimativa bruta para diferentes países - países dentro do limiar de materialidade;
 - iii. Melhor estimativa bruta total para países do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade; e
 - iv. Melhor estimativa bruta para países não membros do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade;
- f) O valor da melhor estimativa bruta por país é determinado de acordo com a localização do risco segurado, relativamente às classes de negócio «Seguro de saúde», «Seguro de proteção do rendimento», «Seguro de acidentes de trabalho», «Seguro de incêndio e outros danos» e «Seguro de crédito e caução»;
- g) O valor da melhor estimativa bruta por país é determinado de acordo com o país de subscrição, relativamente às restantes classes de negócio não vida.

15. Aplicação de um limiar de materialidade:

- i. É submetido o valor da melhor estimativa bruta dos países que representem até 90% da melhor estimativa de seguro direto numa determinada classe de negócio, sendo os restantes incluídos nos elementos Para países do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade ou Para países não membros do Espaço Económico Europeu fora do limiar de materialidade; e

- ii. A melhor estimativa bruta do país de origem é sempre incluída, independentemente do limiar de materialidade.

S.23.01 – Fundos próprios (antigos OF-B1Q e OF-B1)

- 16. Fundos próprios - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.23.01 (diferentes variantes) e inclui os seguintes requisitos:
 - a) Informação relativa aos elementos e níveis dos fundos próprios de base;
 - b) Informação relativa aos elementos e níveis dos fundos próprios complementares;
 - c) Informação relativa aos fundos próprios elegíveis disponíveis para efeitos de cumprimento dos requisitos de solvência;
 - d) Informação relativa à reserva de reconciliação; e
 - e) Informação relativa aos ganhos esperados incluídos em prémios futuros das atividades de seguros dos ramos Vida e Não Vida.

S.25.01 - Requisito de capital de solvência - Fórmula-padrão ou modelos internos parciais (antigo SCR-B2A)

- 17. Requisito de capital de solvência - para empresas em que este requisito é calculado segundo a fórmula-padrão ou com base em modelos internos parciais - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.25.01 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência calculado segundo a fórmula-padrão, ou, no caso de empresas que utilizem modelos internos parciais, uma separação entre a parte do requisito de capital de solvência calculado mediante a fórmula-padrão e a parte calculada com base num modelo interno parcial.
- 18. Na submissão de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
 - a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.25.02 - Requisito de capital de solvência - Modelos internos parciais (antigo SCR-B2B)

- 19. Requisito de capital de solvência - para empresas em que este requisito é calculado com base em modelos internos parciais - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.25.02 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência calculado segundo um modelo interno parcial.

20. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.25.03 - Requisito de capital de solvência - Modelos internos totais (antigo SCR-B2C)

21. Requisito de capital de solvência - para empresas em que este requisito é calculado com base em modelos internos totais - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.25.03 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência calculado segundo um modelo interno total.
22. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.26.01 - Requisito de capital de solvência - Risco de mercado (antigo SCR-B3A)

23. Requisito de capital de solvência – Risco de mercado - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.26.01 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência para o risco de mercado, calculado segundo a fórmula-padrão.
24. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;

- b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
- c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.26.02 - Requisito de capital de solvência - Risco de incumprimento pela contraparte (antigo SCR-B3B)

- 25. Requisito de capital de solvência – Risco de incumprimento pela contraparte - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.26.02 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência para o risco de incumprimento pela contraparte, calculado segundo a fórmula-padrão.
- 26. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
 - a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.26.03 - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros de vida (antigo SCR-B3C)

- 27. Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros de vida - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.26.03 (diferentes variantes) e inclui informações relativas ao requisito de capital de solvência para o risco específico de seguros de vida, calculado segundo a fórmula-padrão.
- 28. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
 - a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.26.04 - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros de doença (antigo SCR-B3D)

29. Requisito de capital de solvência – Risco específico de seguros de doença - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.26.04 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência para o risco específico de seguros de doença, calculado segundo a fórmula-padrão.
30. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.26.05 - Requisito de capital de solvência - Risco específico de seguros não vida (antigo SCR-B3E)

31. Requisito de capital de solvência – Risco específico de seguros não vida - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.26.05 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência para o risco específico de seguros não vida, calculado segundo a fórmula-padrão.
32. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.26.06 - Requisito de capital de solvência - Risco operacional (antigo SCR-B3G)

33. Requisito de capital de solvência – Risco operacional - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.26.06 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito de capital de solvência para o risco operacional, calculado segundo a fórmula-padrão.

34. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.27.01 - Requisito de capital de solvência - Risco catastrófico nos seguros dos ramos Não Vida (antigo SCR-B3F)

35. Requisito de capital de solvência – Risco catastrófico nos seguros dos ramos Não Vida - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.27.01 (diferentes variantes) e inclui os seguintes requisitos:
- a) Informação relativa ao requisito de capital de solvência para o risco catastrófico nos seguros dos ramos Não Vida, incluindo o risco decorrente de catástrofe nos seguros de doença, calculado segundo a fórmula-padrão; e
 - b) Para cada tipo de risco catastrófico, o efeito de mitigação de risco dos contratos de resseguro e das entidades instrumentais tem de ser determinado. O cálculo é prospetivo e baseia-se no programa de resseguro do período subsequente ao período de submissão de informação.
36. Na prestação de informação relativa a grupos, além dos requisitos estipulados no parágrafo anterior, são aplicáveis os seguintes requisitos específicos:
- a) A informação é submetida nos casos em que seja utilizado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, quer exclusivamente, quer em combinação com o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II;
 - b) Em caso de utilização de uma combinação dos dois métodos, a informação é submetida apenas em relação à parte do grupo em que é aplicado o método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II; e
 - c) Os grupos em que se aplique exclusivamente o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II não submetem esta informação.

S.28.01 - Requisito mínimo de capital - Empresas que não explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida (antigo MCR-B4A)

37. Requisito mínimo de capital – Empresas que não explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.28.01 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito mínimo de capital das empresas que não explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida.

S.28.02 - Requisito mínimo de capital – Empresas de seguros que explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida (antigo MCR-B4B)

38. Requisito mínimo de capital - Empresas de seguros que explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.28.02 (diferentes variantes) e inclui informação relativa ao requisito mínimo de capital para empresas que explorem cumulativamente os ramos Vida e Não Vida.

S.32.01.g – Empresas no âmbito do grupo (antigo G01)

39. Empresas no âmbito do grupo - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.32.01.g e inclui os seguintes requisitos:
- a) Lista linha-a-linha das empresas pertencentes ao grupo, incluindo a sua forma jurídica, a respetiva autoridade de supervisão nacional e o tipo de empresa;
 - b) Critérios de classificação para cada entidade discriminada;
 - c) Critérios de aferição da influência; e
 - d) Informação relativa à inclusão no âmbito da supervisão de grupo e ao método escolhido para o cálculo do requisito de capital de solvência.

S.33.01.g – Requisitos relativos a empresas de seguros e de resseguros individualmente consideradas (antigo G03)

40. Requisitos relativos a empresas de seguros e de resseguros individualmente consideradas - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.33.01.g e inclui os seguintes requisitos.
41. Para todas as empresas de seguros ou de resseguros de países membros do Espaço Económico Europeu e para todas as empresas de seguros ou de resseguros de países não membros do Espaço Económico Europeu (nos casos em que os princípios do regime Solvência II sejam utilizados), quando seja aplicado o método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II:
- a) Lista linha-a-linha dos requisitos individuais das empresas de seguros e de resseguros pertencentes ao grupo, incluindo os requisitos de capital de solvência para as diferentes categorias de risco, o requisito mínimo de capital e os fundos próprios elegíveis para cobrir o requisito de capital de solvência;
 - b) Em caso de utilização da fórmula-padrão, informação relativa a simplificações utilizadas e ao recurso a um modelo interno parcial;
 - c) Informação relativa a um modelo interno, de grupo ou individual.
42. Adicionalmente, para as empresas de seguros e de resseguros não pertencentes ao Espaço Económico Europeu, os requisitos de capital, requisitos mínimos de capital e fundos próprios elegíveis aplicáveis ao abrigo de regimes normativos locais, independentemente do método de cálculo.

S.34.01.g – Requisitos relativos a outras empresas financeiras individuais reguladas e não reguladas, incluindo sociedades gestoras de participações no setor dos seguros (antigo G04)

43. Requisitos relativos a outras empresas financeiras individuais reguladas e não reguladas, incluindo sociedades gestoras de participações que detenham participações no setor dos seguros - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.34.01.g e inclui a lista linha-a-linha dos requisitos individuais de outras empresas financeiras reguladas e não reguladas, incluindo as sociedades gestoras de participações que detenham participações no setor dos seguros, controladas e não controladas, independentemente dos métodos de cálculo, incluindo o requisito de capital de solvência nocional ou requisito de capital setorial, o requisito de capital mínimo nocional, ou requisito de capital mínimo setorial, e os fundos próprios elegíveis.

S.35.01.g – Contribuição para as provisões técnicas do grupo (antigo G14)

44. Contribuição para as provisões técnicas do grupo - abrange a informação contida no anexo técnico II sob a referência S.35.01.g e inclui os seguintes requisitos:
- a) Lista de provisões técnicas – Ramos Não Vida excluindo doença;
 - b) Lista de provisões técnicas – Doença em que a atividade subjacente é exercida segundo bases técnicas semelhantes às dos seguros dos ramos Não Vida;
 - c) Lista de provisões técnicas – Doença em que a atividade subjacente é exercida segundo bases técnicas semelhantes à do ramo Vida;
 - d) Lista de provisões técnicas – Ramo Vida, excluindo doença, e seguros ligados a índices e a unidades de participação;
 - e) Lista de provisões técnicas – Seguros ligados a índices e a unidades de participação; e
 - f) Valor total das provisões técnicas, líquida de operações intragrupo.
45. Este mapa é aplicável nos casos de utilização exclusiva do método 1 previsto no artigo 230.º da Diretiva Solvência II, utilização exclusiva do método 2 previsto no artigo 233.º da Diretiva Solvência II e combinação dos métodos 1 e 2.